

New Roads for Democracy in Africa

Em 2024 deverão ter lugar 17 eleições presidenciais ou legislativas em África, o que significa que mais de 50% da população mundial vai às urnas ao longo do ano.

Nos anos 90 e 2000 assistimos à 3ª vaga da democratização com o aumento do número de Estados considerados livres ou parcialmente livres. De acordo com dados da Freedom House, 2/3 dos Estados africanos eram considerados livres em 2009. Esta vaga deveu-se em parte à conjuntura internacional (queda da URSS e fim da Guerra Fria), crises económicas e procura de modelos mais liberais, mas também ao crescimento de grupos de pressão organizados, da sociedade civil, em muitos casos até então controlados/emanados do Estado. Assim, democracia em África não surge de cima para baixo (das elites políticas) mas de baixo para cima (sociedade civil, movimentos políticos e sociais). Atualmente, estamos a assistir a uma fase de reversão desta vaga, com o recuo generalizado da democracia em África, com lideranças marcadas pela resistência à limitação de mandatos e à personalização do poder.

No entanto, continuamos a assistir à realização de eleições multipartidárias nestes mesmos Estados. Assim, umas questões se impõem: serão eleições suficientes para o cumprimento do critério democrático, mesmo que pautadas por grandes restrições à liberdade de expressão e associação? Será este critério democrático? A resposta parece ser não, na medida em que a democracia é baseada numa série de instituições formais, não devendo ser reduzida à realização de eleições.

É necessária cultura democrática, que realça o facto de que, enquanto uma democracia não pode existir sem instituições e leis democráticas, tais instituições e leis não podem funcionar na prática a não ser que estejam fundadas numa cultura da democracia, isto é, em valores, atitudes e práticas democráticas partilhadas por cidadãos e instituições. Entre outras coisas, estes incluem: o compromisso para com o estado de direito e os direitos humanos; o compromisso para com a esfera pública; a convicção de que os conflitos devem ser resolvidos de forma pacífica; o reconhecimento e o respeito pela diversidade; a vontade de expressar opiniões do próprio; a vontade de ouvir as opiniões dos outros; o compromisso para com as decisões tomadas pelas maiorias; o compromisso para com a proteção das minorias e dos seus direitos; e a vontade de se envolver no diálogo entre culturas. Inclui igualmente a preocupação por um bem-estar sustentável dos nossos semelhantes, bem como pelo meio ambiente em que vivemos.

Pelo contrário, verificamos que, em muitos Estados africanos, como a Guiné-Bissau e Angola, aparentemente existe um respeito inicial pelas instituições que passa pela realização periódica de eleições e existência formal de instituições democráticas, mas que não se traduz na separação de poderes real ou nesta cultura democrática.

Assim, ganhar as eleições significa o acesso e apropriação dos recursos e riqueza do país, o que leva à privatização e instrumentalização dos recursos do Estado para alimentar sistemas de clientelismo. Isto cria incentivos para que os partidos não queiram esperar 4 ou 5 anos por novas eleições sob pena de perderem fontes de financiamento e poder. Cria relutância em aceitar mudança e reforça a resistência à oposição. Isto leva à centralização do governo, uma ligação muito próxima, quase simbiótica entre poder político e poder económico, num círculo vicioso de pobreza e subdesenvolvimento. Estes regimes são pautados pela ausência de transparência, de prestação de contas e um Estado de direito fraco, que favorece as dinâmicas de acumulação de riqueza da elite governante. A consolidação da hegemonia do poder é realizada por meio da ocupação territorial, da cooptação das elites locais e da subjugação da maioria.

Assim, verifica-se um excessivo centralismo, fraca descentralização, em que as províncias funcionam como meras extensões do governo central, como administradores sob autoridade e controlo do governo. É precisamente neste ponto que os líderes locais deveriam desempenhar um importante papel. Porque mais próximos das comunidades, mais facilmente percebem como as políticas nacionais são vividas e afetam as pessoas a nível local, da comunidade. Dados do Afrobarometer indicam que a maioria dos Angolanos confia mais nos líderes religiosos e tradicionais do que nos líderes eleitos, incluindo Presidente da República, Assembleia Nacional, partidos e Comissão Nacional de Eleições (com pior índice de confiança).

A sociedade civil desempenha um papel fundamental na promoção da paz e na transformação de conflitos (usando aqui o conceito de John Paul Lederach). A importância central que os atores locais têm, desde ONG, entidades e líderes religiosos, organizações locais, negócios, indivíduos, é essencial para a reconciliação no interior das sociedades, para a reconstrução de relações, dos laços quebrados pela guerra. E, no entanto, tanto em Angola como na Guiné, não existem eleições locais. Esta visão integrada é essencial para o florescimento de uma democracia madura. Deve ser reconhecido o papel das iniciativas locais na democracia e na paz. Em muitos casos, são as assembleias locais que decidem sobre questões como saneamento, educação,

celebrações locais, mediação de disputas, justiça. Líderes locais têm de saber comunicar, mediar, criar consensos, persuadir, ouvir mais do que fazer prevalecer a sua vontade – são criadores de consensos. Quando os líderes são impostos centralmente como acontece em Angola e na Guiné, onde não existem eleições locais, e os representantes locais são apontados diretamente pelo governo central, esta confiança, este equilíbrio político que existia na comunidade é quebrado.